

ATA Nº 011/2025 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL

Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezoito horas e cinquenta e um minutos, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC) na Casa dos Conselhos, para reunião ordinária, sob a presidência do conselheiro Allan Müller Schroeder. Conselheiros(as) presentes: Allan Müller Schroeder (Titular da FCBC), Edvaldo Rocha Júnior (Titular depto. de Artes - FCBC), Jorge Landim (Suplente depto. de Artes - FCBC), Deivid Rodrigues (Titular depto. de Teatro - FCBC), Susane Ulrich (Titular do depto. Galeria de Artes), Karoen Mello (Titular depto. de Integração Cultural - FCBC), Miriam Ramoniga (Titular Biblioteca Municipal Machado de Assis / Arquivo Histórico), Luiza Helena Copetti (Representante Suplente da Secretaria de Gestão de Pessoas), Rafael Diogo Amâncio (Representante Titular da Fundação Municipal de Turismo), Artaeto da Silveira (Representante Titular da Fundação Municipal de Esportes), Kelli Cristina Dacol da Costa (Representante Suplente da Secretaria de Educação), Samuel Siqueira Santana Rodrigues (Representante Suplente da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico), Dagma Fátima de Castro (Titular da Setorial de Audiovisual), Roseni Salete dos Santos Cruz (Titular da Setorial de Artesanato), Katia Simone de Oliveira (Titular da Setorial de Artes Populares e Circo), Jacqueline dos Santos Martinez (Suplente da Setorial de Artes Populares e Circo), Daniela Cristina Sousa (Titular da Setorial de Artes Visuais), Fabiane Moser (Titular da Setorial de Dança), Giovanna Tamburo (Suplente da Setorial de Dança), Brianne Rigotto Lima (Titular da Setorial de Fotografia), Marianna Sais (Suplente da Setorial de Fotografia), Sibeli Fernandes Luz (Titular da Setorial de Literatura), William Blake (Suplente da Setorial de Literatura), Juarez Rezende Araújo (Titular da Setorial de Patrimônio Cultural), Ehiron Pereira (Suplente da Setorial de Patrimônio Cultural), Rita de Cássia Castro Duarte (Titular da Setorial de Teatro) e Débora MatiuZZi Pacheco (Suplente da Setorial de Teatro). A reunião foi presidida pelo presidente e conselheiro Allan Müller Schroeder. Com a seguinte Ordem do Dia: **Plano de Aplicação de Recursos – PNAB 2025, Regimento Interno das Setoriais, Formação do Conselho, Cronograma de Reuniões Ordinárias do CMPC, Comissões: Revisão de Normativas, Comissão de Fiscalização e Revisão Leis Municipais nº 1.677/97 e nº 4.060/2017. Conselho Fiscal e Curador e Decreto nº 12.348/2025, Projeto de Lei Ordinária Nº 22/2025, Assuntos gerais e comunicados.** Allan da início a reunião e destaca que a pauta está carregada com assuntos importantes, e pede-se que usem o tempo mais breve possível, Dagma pede questão de ordem, e traz o regimento onde consta que possui tempo de fala e que podem determinar isso, e enquanto segunda secretária gostaria de coordenar esse processo de dar tempo de fala de manifesta, e também que cabe a mesa diretora, em acolher manifestações da plenária, ou seja quem não é parte do pleno, devido a importância das pautas de hoje, muitos tem manifestos a serem feitos, e pede que sejam breves e que tem tempo de fala, e que se alguém se sentir acolhido pela fala do outro não existe a necessidade de replicar a mesma questão, se tiver aprovação da mesa diretora e do pleno, gostaria que seguisse o ordenamento principalmente para a última pauta. Allan concorda, e fala sobre a aprovação da ATA da reunião extraordinária, realizada por último, que aprovou o regimento interno do Teatro Municipal, e que se caso alguém tem apontamento da ATA, sugere dispensa da leitura, se possível para avançar para a pauta da ordem do dia. Dagma pede questão de ordem, e fala que devido a quantidade de documentos para essa reunião não leu a ATA e pede que seja deliberado no grupo do

WhatsApp, para os Conselheiros validarem e assinarem virtualmente. Allan questiona se todos entenderam, e todos concordam. E destaca o expedientes, que foram recebidos alguns pedidos de pauta de Conselheiros e Conselheiras, e 02 e-mails encaminhados, um foi enviado pela Casa dos Conselhos dia 06 de junho, referente a um convite para participar da 6ª Conferência Municipal da Mulher, no dia 28 de julho de 2025, uma segunda-feira as 09:00 no auditório da Univali Campus Balneário Camboriú, e destaca que fica estendido o convite. O outro e-mail foi encaminhado dia 09 de junho pela comissão LGBTQIA+ do Município de Balneário Camboriú-SC, por meio da subcomissão de direitos LGBTQIA+ da comissão de direitos humanos da OAB Santa Catarina, subseção Balneário Camboriú, que é o relatório da Conferência Municipal LGBTQIA+ de Balneário Camboriú que foi realizada em 2024 e que foi encaminhada no grupo. Dagma destaca que pediu que esse documento fosse pauta da próxima reunião e que tivesse convidados da comissão presentes, e agradece. Allan fala que esses são os expedientes, e fala sobre as justificativas de ausência, e que não foi recebido. E lê a primeira ordem do dia: Plano de Aplicação de Recursos PNAB 2025, destaca que enviou no grupo do Conselho, e apresenta a proposta que a Fundação Cultural trás, que foi baseado nas oitivas realizadas nos encontros, e que a Fundação procurou sistematizar em proposta as ideias que surgiram durante a oitiva, que contou com o dobro de participantes do que em 2024, e expõe de onde surgiram esses apontamentos, buscou concentrar os três ou quatro pontos em comuns e convergências destacadas pelos presentes. Começa pelos pontos que foram debatidos na oitiva, que são pressupostos da Lei Federal da Política Nacional Aldir Blanc, pontua que Balneário Camboriú terá previsto R\$ 1.010.799 reais, então 25% disso irá ultrapassar o valor de 200 mil, nesse caso pelo menos 50% destinado para ponto de cultura, ou seja 50% do 25% é obrigatoriamente para Projetos de Ponto de Cultura e não para premiação, e que isso está na novas normativas do MinC para a Política Nacional Aldir Blanc deste ano, razão pela qual está previsto que metade desse valor seria para projetos de pontos de cultura, que neste caso, seria para os pontos de cultura já credenciados. Dagma faz uma observação que a lei diz que municípios que recebem acima de 300 mil, Allan corrige, 200 mil, Dagma concorda que se equivocou, e fala que não é 50% do recurso, é 25%. Allan fala que é 50% do 25%, que deve ser para projetos de pontos de culturas já credenciados, que a partir de agora passa a contar na cidade, dos 35 que se inscreveram apenas 02 não apresentaram a documentação, então tem 33 Pontos de Cultura e a título de informe ainda neste mês será feito o pagamento da premiação, e uma cerimônia de certificação desses pontos e que os outros 50% permite a premiação, que foi o formato do edital recente que foi entregue, com uma situação, os 10 pontos de cultura já contemplados pelas normativas da Política Nacional Aldir Blanc não poderão participar deste próximo edital de premiação, porque tem um prazo de 12 meses, aquele ponto de cultura não pode ter recebido um Termo De Recurso referente à cultura vivo. Dagma diz que resta uma dúvida, e questiona os 10 que receberam premiação, não poderão participar da premiação, e os outros poderão ou serão premiados mas não poderão participar do edital porque vai cair na mesma questão dos 12 meses, 2 prêmios sombreados. Allan fala que eles não foram premiados. Dagma complementa, mas os que forem premiados não poderão participar do projeto. Allan concorda, ou ganha o de projeto ou o de premiação. Allan continua sua fala lembrando que esse novo edital de premiação permitirá novos pontos de cultura. Dagma questiona se poderão ser premiados os 30, ou como vai ficar. Allan esclarece que apenas 23, e novos. Allan fala que outro determinante legal é que 25% da verba da PNAB tem que ir para regiões periféricas, e esclarece que pontos de cultura não ficam necessariamente localizados em regiões periféricas, caso questionem os 25% que já é destinado para pontos

de cultura, e dentro da proposta colocada, também a legislação prevê 5% para atividades de custo operacional, que é a contratação de pareceristas para esses editais que forem lançados, nesse ciclo 2025. Dagma questiona se precisa dos 5% na totalidade ou se sobra alguma coisa para outra ação, e se tem dimensionados quantos editais e pareceristas. Allan fala que nesse cenário terão 3 editais. Dagma questiona se serão pelo menos 03 olhares em cada edital, mais os projetos culturais, que são diversas áreas. Allan destaca que não tem como dizer se vai esgotar os 50 mil dos 5%, e acha uma margem segura. Dagma sugere um combinado: se faltar a Fundação Cultural cobre, e se sobrar a Fundação Cultural devolve para o fundo. Allan concorda. Paula Pereira questiona Allan sobre os 03 editais, Allan explica que são os 02 editais que ele já mencionou, 01 de projetos de pontos de cultura, e 01 de premiação de pontos de cultura, e o outro falará em seguida. Allan retorna a falar sobre os principais pontos que foram trazidos na oitava que foram identificados, um ponto importante e que também atende a demanda da legislação do mínimo de 20%, que é a necessidade de democratização da cultura de popularização, de descentralização, palavras essas que foram colocadas cada um no seu formato nas oitavas, outro ponto colocado foi a necessidade de qualificação de formação de alguns falaram, escola, escola de artes, escola de alguma coisa, oficinas, que cada um usou um termo diferente, mas houve o falas no sentido de formação barrou qualificação, o terceiro ponto que foi colocado foi de editais que cheguem e contemplam os artistas, também foi um ponto colocado nas oitavas, e o quarto que é transversal a esses três é contemplar a maior parte possível das setoriais, a sua integralidade, outros falaram as setoriais, outros falaram as linguagem como um todo, e a proposta que se traz é nesse espírito, de tentar atender esses 03, 04 pontos identificados nas oitavas. Allan fala sobre o projeto Cultura na Rua, que foi um projeto piloto, para fazer eventos menores e que tentam contemplar essa diversidade das linguagens, e destaca que o diferencial, que por mais que esse evento tenha sido realizado na praia central no dia primeiro de maio, em alusão ao monumento a mão do trabalhador que sustenta o mundo, a ideia é que seja 100% executado e desenvolvido nos bairros, que vai ao encontro com uma das premissas mencionadas, mas que também se tenha uma diversidade das linguagens. Allan destaca que o valor apresentado é de 100 mil, mas confessa que o ideal seria 150 mil, e isso poderia ser discutido no plenário, e que metade desse valor acaba indo para infraestrutura do evento, palco, geradores, som, iluminação, etc, e que a outra metade é que seja esparramado entre as linguagens, entre as setoriais, e que fez um parâmetro, que se for 100 mil, 50 mil será para contratação de artistas a partir do edital de credenciamento de serviços artísticos e que quer dar vazão e uso, pois com esse valor, pode-se estimar 10 eventos de 10 mil, é uma questão de adequação, mas que metade desse valores vão para os artistas, destaca que o eventos que foi realizado dia primeiro de maio, na base do voluntariado, seria possível contratar um solo, ou duo de músico, consegue uma dupla ou quarteto de dançarino ou atrizes e atores, e vai variar, mas que a ideia é contratar as linguagens diversas, pinturas ao vivo, declamação de poesia, fotógrafo, e pode contratar documentarista, essa que essa conta básica se dá 5 mil reais. Dagma destaca que por evento. Allan continua falando sobre as setoriais que seriam contempladas nesses eventos. Brianne destaca que nesse último credenciamento o edital em teoria não possibilita a fotografia. Allan pontua que isso será modificado. E fala também sobre a setorial de Artes Populares e Circo com apresentações e que outras setoriais têm maiores dificuldades de se enquadrar nesse modelo, razão pela qual segue a apresentação dos outros pontos, como a Escola de Arte e Artesanato, que já existiu no passado, na Casa Linhares, e que tem compromisso de retomar ela, a partir do momento que entregar a reforma do galpão da Casa Linhares, e a ideia é atender especialmente os artesãos, na

qualificação deles, na busca de um artesanato de identidade regional, local, para essa retomada, e ter as artes inseridas nesse processo, dessa forma contemplando os artesãos. Outro item é o projeto Aqui tem memória, seria uma construção junto com a setorial de patrimônio, apesar que também pegaria as artes visuais, pois existe o museu a céu aberto com mais de 300 obras no acervo, mas que 99% delas não tem nem o nome do artista e nenhuma interligação com o próprio museu a céu aberto, fala sobre o orçamento levantando para a elaboração de 300 placas de aço inoxidável, seriam mais de 300, e que seria na faixa de R\$ 27.000,00 reais, onde cada uma delas teria as informações da obra, do artista e um QR code para ligar o museu a céu aberto e ter uma interatividade maior para apresentar um novo formato do céu aberto, onde a plataforma carece de dinamismo e interatividade, esse seria a primeira etapa do projeto Aqui tem Memória, cuja segunda etapa, quer dar voz ao patrimônios materiais e imateriais da cidade, por exemplo não se tem placas em locais como na Igreja Nossa Senhora do Bom Sucesso, na barra, patrimônio imaterial tombado, ou nos ranchos de pesca patrimônio cultural material do município, e nem os locais que inspiraram o patrimônio culturais imateriais como o engenho de farinha, da taquaras ou a pesca artesanal em qualquer ambiente que ela esteja conectada. Pontua que são 12 leis na cidade de patrimônio cultural material e imaterial. Por fim nessa proposta ainda, como colocado nas oitavas, a ideia é destinar 500 mil reais para um edital de seleção, como todos conhecem, tem um modelo que vem do MinC, com um adendo em termo de critério local, que o edital permite, que baseado na oitava, a ideia seria pelo menos os projetos serem obrigatórios envolverem 03 linguagens artísticas, ou seja 03 setoriais, por se dizer assim, ter as artes integradas, de uma forma que possa se diferenciar da LIC, que é segmentada. E abre a palavra para manifestações. Dagma pede a palavra e sugere que seja combinado entre os Conselheiros de 02 minutos para as manifestações, e abre as inscrições, são inscritas Dagma de Castro e Paula Pereira. Dagma destaca que é muito importante todas as pautas apresentadas e que convergem com o que foi entendido nas oitavas e também com a necessidade da cultura como movimento desse tecido cultural tão importante da cidade, no entanto, traz para a reflexão dos Conselheiros que essas 03 políticas trazidas com grande envergadura para a cultura, o Projeto Cultura na Rua é uma política da Fundação Cultural, uma política de gestão, a escola de arte artesanato era uma política da Fundação Cultural, uma política de gestão, que foi limada na gestão anterior e o Aqui tem memória, o nosso museu do céu aberto, é uma política de gestão, iniciada em outros processos e que precisa ser continuada e que precisa entender e dialogar é se esse recurso do PNAB, que a FCBC tem pertencimento e parte pode dele pode ser utilizado para ações de gestão, desde que deliberado entre Conselho, mas destaca que precisa dialogar se a principal reivindicação que foi aprovada na fórum, de que o recurso é para distribuição democraticamente nos coletivos através de projetos em edital, ele sofre a esse corte de 20,28% que corresponde para cumprir essas três ações, e que traz esse manifesto para entender o que os Conselheiros veem disso. Paula Pereira começa sua fala sobre questões posteriores para serem realizadas no futuro mas para deixarem pontuadas, que o Museu A Céu Aberto, conta com uma quantidade muito grande de artistas que não são de Balneário Camboriú nem do Vale do Itajaí, e traz a urgência de trazer mais artistas locais para o Museu A Céu Aberto, já que a maioria são de outras localidades, e transformar em um museu que condiz com a identidade de Balneário Camboriú, sem desmerecer os artistas, pois acompanha o trabalho de todos eles, e a segunda pontuação é de entender essa segunda etapa sobre o patrimônio imaterial da cidade, se pode ser feito algo voltado para o patrimônio imaterial recentemente tomando do Hip Hop em Balneário Camboriú, não só dentro do Graffiti, mas dentro das batalhas também, em outras experimentações do Hip

Hop, em suas diversas manifestações. Marianna pede a fala e destaca que durante as oitivas, mencionou sobre as formações para Conselheiros e para a população de Balneário Camboriú sobre recursos e sobre o que é o Conselho, e que não visualizou isso dentro das ações propostas e reitera a importância dessa pauta, devido a necessidade de toda a população entender sobre a Fundação e as atuações. Dagma questiona ao presidente se pode responder e o presidente Allan permite a resposta. Dagma fala que está na pauta de hoje, a formação do Conselho, que é extremamente urgente, e de se entender nesse local de atuação, junto com a Fundação, e da responsabilidade enquanto Conselheiro, enquanto a formação na cadeia produtiva, é uma necessidade muito alargada, e que todos os editais da Fundação, são feitos a leitura do edital aberto no Conselho, para fazer a leitura e explicar como se dá o projeto e sugerindo formas, é urgente mas são políticas que já existem, e que esse recurso não caberia nessas ações, pois essa formação do Conselho está se conseguindo gratuitamente. Marianna destaca que seria para a população geral. Juarez pediu para ser inscrito e começa sua fala sobre o projeto Aqui tem memória faz parte de um conjunto de objetivos da Aldir Blanc, que a PNAB tem como objetivos a promoção da cultura e a preservação do patrimônio cultural, por meio de ações de fomento e apoio a projetos que valorizem a diversidade e a riqueza cultural do Brasil, e a partir do momento que se valoriza a memória das pessoas, faz com que as pessoas se sintam pertencentes, e que é importante destacar a história daquele lugar, é um projeto da cultura, pertencer à cultura, o projeto Aqui tem memória, tem custo baixíssimo e retorno altíssimo e é importante para estar dentro da PNAB, reduzir custos e tornar real. Allan complementa a fala do Juarez e sobre as pontuações da Paula Pereira, sobre as batalhas do Hip Hop, que a ideia é dentro desses espaços ter a identificação desses locais, e seria contemplado, sobre MCA e os artistas locais, agradece o Marcelo Urizar que foi o primeiro contratado do credenciamento deste ano, para fazer uma obra de homenagem a 60 anos da UDESC, e passa estar no Museu a Céu Aberto, e sobre a nova contratação de outro artista na obra da Avenida Martin Luther. Allan questiona se mais algum Conselheiro tem algum comentário sobre a proposta, após nenhuma manifestação ser colocada em votação. Dagma pede questão de ordem, e traz a consideração de que essas três ações representam 20,28% e o projeto cultura na rua e que tem o edital de credenciamento que já faz essa contratação. Allan comenta que não tem dinheiro, e se não aplicar o recurso, não será feito. Dagma destaca que é importante saber e ter maior transparência para ajudar a entender e saber até onde a Fundação pode ir, para que o Conselho entenda e possa ter conhecimento, e que se não tem dinheiro porque foi feito. Allan destaca que o credenciamento se dá para contratação de todas as demandas do município, e demais secretarias, a contratação dos músicos para as festas municipais, mas que entende que fica limitado aos eventos que já acontecem, que tem previsão orçamentária, e que não atende a diversidade das linguagens e a descentralização, destaca demandas dos bairros São Judas e Nova Esperança, que nada acontece lá, e ficam à margem do processo do direito à cultura. Rafael Amâncio faz um adendo, que as ações são regidas pela dotação orçamentária deixada pelo governo passado, deixando de fazer diversas coisas, mas já fazendo planejamento para os próximos. Dagma faz uma devolutiva, de que é importante participar do desenho do orçamento, e questiona ao presidente do Conselho, como tem diversos eventos, que usam o credenciamento para contratação de artistas, e em sua maioria é da música, então seria justo deixar-mos deixar esse recurso que não seja a música. Allan destaca que será contratado um solo de R\$500,00 para a música, por exemplo. Dagma complementa seu questionamento acrescentando sua dúvida sobre a estrutura dos eventos, e o presidente responde que não. Rafael faz mais um adendo, que está formatando um festival, e devido

ao tempo curto será somente em música, mas a partir do próximo ano, será incluído arte, gastronomia, cultura e fazer um festival durante o mês de julho inteiro, com arte, música e cultura na rua. Allan aproveita a fala do Rafael, para informar a programação do aniversário da cidade, que antigamente tinha o BC Jazz Festival, que era um evento particular feito com dinheiro público e custava 1 milhão e meio para o município, e acabava contratando vários artistas legais, mas acaba ficando de fora o artista local, e agora o BC Music Festival, que está com o edital em aberto, que vai pegar boa parte desse valor e colocar em músicos e artistas locais que farão apresentações na rua em um modelo mais democratizado, mais público e valoriza o artista local. Rafael fala sobre a parceria que será implementada a partir do próximo ano com a cultura. Dagma solicita à secretaria que traga para o Conselho para trazer proposições, pois a cultura é diversa e tem 11 áreas setoriais que podem enriquecer bastante. Retornando à pauta, Dagma fala que se trata de um recurso que pertence a sociedade civil, é um investimento inicial e que pode colocar esse evento definitivamente no calendário e que pode levar a demanda para os recursos da Fundação, para que tenha sequência em outros anos, já que a PNAB são mais 3 anos. Dagma fala que no futuro esse recurso pode ser aumentado, mas que para ele acontecer, precisa fazer ele acontecer, é disso que estaria abrindo mão de um percentual de editais, para fomentar essa ação, e sobre a escola de arte e artesanato gostaria de conversar um pouco mais. Allan coloca em votação, aqueles que forem favoráveis levantem a mão para que seja registrado. **Fica aprovado por unanimidade o plano de aplicação de recurso.** Dagma solicita que a construção dessas diretrizes voltem para esse Conselho, para que possa ser dialogado e ampliar a participação e o acesso. Allan destaca que acredita que terá tempo para construir juntos esses encaminhamentos, visto que só em setembro terá o desembolso dos valores, senão atrasar mais. Dagma destaca que esse é o PAR. Allan confirma que sim. O presidente Allan passa para o próximo item da pauta, que é o Regimento Interno das Setoriais, e contextualiza que esse item surgiu ainda da gestão anterior onde, numa das primeiras reuniões do ano, foi criado um grupo de trabalho para apresentar um modelo, uma minuta de regimento interno da setoriais, porque muitas setoriais estavam desativadas ou não tinham ou tinham perdido seus regimentos e outras os têm, mas o fato é que todas elas o regimento interno não foi publicitado, ou seja, ele é um documento meramente informal, ele não foi levado decreto ou a resolução deste Conselho, ou seja, legalmente não tem efetividade, e que precisa colocar dentro da ideia que foi colocada, de aproveitar esses 02 anos do mandato desta gestão para colocar em ordem essa parte jurídica e legal, e que foi encaminhada a minuta do Regimento no grupo, e agradece ao Dr. Eudes, que trabalhou dentro dessa minuta. Allan destaca que encaminhou a minuta com identificações que podem ser pontos que podem ter divergências central da proposta. Dagma pede questão de ordem, e fala que ainda que seja colocado para discussão pede vistas, para que as setoriais possam individualmente analisar, porque diversos pontos que não convergem, pois as setoriais têm características distintas e pertencimentos distintos, e esse documento traz restrições que não cabe em muitas setoriais, como por exemplo, a quantidade de seus membros, e que não é uma minuta feita por olhares alheios ao pertencimento enquanto linguagem, que pode dizer como as linguagens e setoriais poderão ser constituídas, comporta-se ou poderão trabalhar com seus pares, e diante disso, pede vistas, e destaca ainda que cada Conselheiro leve para dialogar dentro de suas setoriais, e complementa que as Setoriais da Sociedade Civil devem realizar uma reunião somente entre eles, para dialogar sobre o que é de pertencimento deles, mesmo que tenham os pares do governo, diz respeito às linguagens das setoriais, e cabe a elas conversarem sobre esses documentos. Brianne pede a fala e faz 02 questionamentos, que se a minuta enviada com

as sugestões, se é a de 2021. Allan solicita que Dr. Eudes disserte sobre a elaboração da minuta e inicia sua fala falando que quando foi convidado para participar de uma setorial, queria entender qual seria a causa legal, que dava esse poder, não convencido questionou o Conselho anterior, quando já tinha feito o regimento interno, e em uma reunião do Conselho anterior e o antigo presidente André, fez leitura da consulta que foi feita, e foi montada uma comissão e o Luciano resgatou que existia uma minuta de um regimento interno, e que não tinha sido votado e aprovado. E em conversas sobre o que havia sido produzido e a minuta existente e diante disso coube fazer um processo de condensação das duas peças jurídicas, e que foi dissecado todo o documento e foi realizada uma revisão da lei e do decreto, e com informações de conflitos em setoriais, foi acrescentando sugestões para facilitar e dar praticidade e normatizar diante de alguns conflitos que são distintos de cada setorial, e que em tese esses conflitos, na tentativa de sanar, pode ser em comum entre as setoriais, destaca que as câmaras setoriais têm um grande poder, em tese, e o decreto não normatiza muito quanto aos deveres, e principalmente a esses aspectos desses conflitos do que pode e não pode, neste caso, aplica-se o bom senso normativo, onde o regimento do Conselho que é constituído do decreto, e faz alerta, que as sugestões destacadas, pois colocou de forma que seja construída a reflexão, onde cada um pode suprimir e acrescentar o que quiserem, e destaca a razão do quantitativo colocado na minuta, que no próximo fórum eletivo, a eleição será decidida pelo quantitativo de votos, então se deixar como está a setorial com mais de cem membros e outras com pouquíssimos, fica desequilibrado do ponto de vista eleitoral, encerra sua fala e destaca que está a disposição. Brianne volta à sua fala mencionando que, resgatando a documentação antiga da sua setorial, possui o regimento da Setorial de 2014 e do Conselho de 2021, e que gostaria de trazer isso para o Conselho, pois aparentemente nenhum dos dois estão publicados. Dr. Eudes fala que nenhum desses tem legalidade. Dagma, pede desculpas e faz uma intervenção, agradece ao Dr. Eudes, e fala que faz parte do Conselho a muito tempo, os regimentos setoriais tem validade, foram feitos no pleno, transversal para todas as setoriais, para que elas dialogassem seus pertencimentos em 2014. Eudes questiona se teve decreto, e que se não existe decreto, não é legal, destaca que o decreto de 2018 é legal, e que não se deve perder tempo com minutas pois não chegarão a lugar algum. Allan respondendo parte do questionamento da Conselheira, após o retorno das vistas da Conselheira esse processo, em algum momento ele será aprovado, e destaca que o mais importante é que seja padrão para todas as setoriais, e publicizar, não necessariamente um decreto, mas uma resolução do Conselho. Dagma fala que houve a resolução. Allan questiona onde está, e onde está a ATA. Dagma fala que cabe a Fundação buscar os seus autos, e que não cabe ao Conselho e a Sociedade Civil se a Fundação não tem a sua memória, e conclui sua falando que foi construído um regimento transversal, que foi dialogado, foi trabalhado e foi construído que é o material que a Conselheira Brianne tem, que a setorial de Audiovisual, que o Teatro e demais setoriais possui, e que se os atuais Conselheiros não tem é que seus antecessores não registraram essa memória no grupo, ou não repassaram para seus sucessores, e que foi feito, da mesma forma que está sendo feito este, e que esta é a memória de quem está nesse Conselho a bastante tempo e ajudou a construir essas estruturas, foi feita resolução, e deve estar nas pastas da Fundação, e cabe a gestão localizar, agradece ao Dr. Eudes pelo seu trabalho para que esse Conselho tenha sua estrutura legalizada, pede vistas para que todos possam estudar dentro de suas setoriais e que se traga o que se tem para mudar. Allan faz um adendo que o compromisso dessa gestão é fazer a publicização dos seus atos diferente do que a gestão do Conselho quanto a gestão da Fundação não fez e não somente na gestão passada, mas em outras

também. O presidente Allan segue para o próximo item da pauta, a formação do Conselho, destaca que teve uma demanda aprovada em reuniões anteriores, para fazer uma provocação a UDESC, contato com o professor Luiz Felipe, mas que estariam com muitas demandas e ficaria para setembro, menciona que tem a opção de buscar outros formatos de capacitação, inclusive remunerados, pois não descarta contratar, mas tem que partir da ideia de quem para que seja algo efetivo, que traga alguém que possa entregar algo diferente daquilo que todos já possuem. Brianne fala que existem outras propostas mais assertivas, e que se neste momento não está localizando, sugere que o Conselho possa fazer outras formações, como libras, para que possam de maneira geral, se unir e fazer uma atividade, e complementar isso. Dagma fala que essa foi uma demanda do primeiro encontro na eleição, e da necessidade, fala que está pela quinta vez Conselheira, 03 vezes no Conselho municipal e 02 vezes no Conselho estadual, e que teve oportunidade de aprender, e ainda resta dúvidas, e as legislações mudam, as linguagens se transformam e precisam compreender as dimensões da cultura, em suas grandes dimensões, a cidadã, a econômica e a simbólica. Isso é objetivo e pauta principal de um conselheiro, entender as dimensões da cultura, seu pertencimento e a possibilidade de uma atuação do Conselho, e uma formação capacitada, que qualifique e coloque antenados no tempo, com as legislações que existem, o papel do Conselheiro, não apenas no Conselho municipal, mas como representante da setorial e da sua linguagem. Destaca que é preciso fiscalizar as ações da Fundação, precisa fiscalizar os recursos e atuar, e isso somente com muita formação, complementa sua fala que a formação da UDESC, seria uma formação rápida, que não pode dispensar pois é valiosa, mas que precisa buscar uma formação de mais dias, e que conversou com o Fernando Honorato, que é representante regional do MinC, e que poderá trazer alguém do MinC para dar essa formação qualificada e gratuita, e acredita que isso, enquanto Conselheira é a demanda. Allan acrescenta que terá reunião do colegiado da AMFRI, e uma das pautas é formação, e que irá ver através de lá para que possa contribuir. Potyra Najara fala sobre a nova composição do Conselho por parte da Sociedade Civil, que tem várias pessoas que não faziam parte anteriormente e realça a importância dessa atualização. Paula Pereira pede a fala para interligar algumas falas, que é importante o que a Brianne trouxe, e que nas reuniões que participou nos últimos 02 anos, notou que nenhuma das reuniões, oitivas, ou palestras houve intérprete de libras no palco, e destaca a importância disso, e complementa a sugestão apresentada anteriormente por Marianna, que é a capacitação da sociedade, para que possam participar das reuniões, reitera sua fala destacando que na maioria das vezes as documentações e as linguagens orais são elitistas e acadêmicas, embora entenda que é necessário que alguns conceitos devem ser bem especificados para quem trabalha com isso, porém deveria ter alguma tradução, uma linguagem civil, de forma menos complexa sobre o que está sendo falando, para que todos consigam entender o que está sendo falado, e que se não é possível encontrar na mesma pessoa alguém para ensinar e comunicar de forma menos formal, se voluntaria para fazer essa tradução para quem está na plateia. Katia fala que chegou recentemente e que é muito difícil as palavras técnicas e admira a Conselheira Dagma por todo conhecimento que ela carrega. Potyra acrescenta que se fosse possível estender isso para os demais membros da setorial seria interessante. Rita fala que nesse sentido das Setoriais, os Conselheiros fazem, são os representantes, eles adquirem todo conhecimento, para ter diálogos e levarem para o grupo. Dagma retoma a fala e coloca uma proposta, de que o Conselho faça uma formação obrigatória, e como contrapartida, enquanto Conselheiros se reúnem, desenham uma formação para a sociedade civil inteira, faz um chamamento público e passa para a comunidade a incumbência do papel do Conselho.

Emanuel Nunes fala que vem acompanhando o Conselho a muitos anos, e destaca que se deve começar pelo regulamento, que é importante a linguagem mais simplificada e que existe uma necessidade de união, e criar uma coluna vertebral, a Fundação Cultural não consegue fazer sozinha devido a esses impasses e burocracias, e que cabe aos demais tentar trazer esse apoio, e fala sobre a possibilidade das empresas privadas e a formação deve ser realizada com os Conselheiros e eles repassarem e que não vê isso acontecendo, e gostaria que o apoio que estão pedindo, comessem por essas pessoas. Paula Pereira concorda que existem vários problemas, mas que é necessário que exista primeiramente o cadastramento das empresas dispostas a fazer essa dedução e que isso chegue até a Fundação, e destaca que a linguagem técnica existe por conta das vias legais, estatutos, regimentos, mas que não é culpa do indivíduo que ele não tenha sido capacitado pela secretaria de educação por não entender esse tipo de linguagem, ou de ter sido capacitado pela Fundação em oficinas próprias a entender quais são as delimitações de cada edital e proposta, e não cabe a sociedade civil ter a boa vontade de se alfabetizar novamente. Allan se inscreve para fala, e faz uma proposta de encaminhamento complementar, e destaca que tudo isso está no Plano Municipal de Cultura, e está em um programa de formação permanente nesta área, acrescenta que todas as ideias apresentadas foram interessantes, e destaca a diferenciação das propostas apresentadas, e pontua sobre as libras que teve intérprete em uma oficina tira dúvidas dos Pontos de Cultura, e sugere que seja criada uma Comissão do Programa de Formação Continuada, algo de 12 meses, e vir com todas essas ideias compiladas, e que seja formado pela Sociedade Civil. Débora acrescenta que dá para contemplar tudo isso e pode jogar formações para área jurídica, e formações físicas com outras propostas, e que existem vários caminhos que possam ser seguidos, formações mais técnicas e outras mais abertas envolvendo as setoriais, e fala sobre o Sebrae, que possui muitos formadores. Allan fala que isso está no horizonte e faz leitura dos Eixos do Plano. Dagma destaca que esse plano que contém os eixos vence esse ano e essas ações feitas nas revisões não foram cumpridas, e dentro das falas e da proposição do presidente montar essa comissão. Allan questiona quem fica à disposição para compor a comissão. A Comissão do Programa de Formação Continuada fica composta por: Dagma Castro, Débora Matiuzzi, Rita de Cássia, Daniela Cristina Sousa, Sibeli Luz, Laura Porto, Paula Pereira e Marianna Sais. Dagma questiona se pode ir para a formação de comissões. Allan afirma que não pois tem outra pauta no meio, o Cronograma de Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal de Política Cultural, e propõe determinem um cronograma até o final do ano, que seja todas as segundas terças-feiras às 18:30 até o final do ano, 01 mês por mês, na Casa dos Conselhos e Allan coloca em discussão. Dagma pede fala e diz que se tomar como prática dialogar pautas que já foram vencidas como esta, começa a andar em círculos, essa foi pauta da primeira reunião quando eleita da presidência do Conselho e da mesa diretora, e pede vistas dessa pauta. Brianne solicita que se decidam de uma vez por todas os Conselheiros já destacaram suas possibilidades e impossibilidades. Juarez concorda com a fala de Brianne, e destaca a importância do Conselho, e fala sobre a lotação do Conselho e que isso faz manter a cultura. Allan fala que foi dado vistas para a solicitação da Conselheira Dagma. Samuel Rodrigues questiona se o regimento prevê a quantidade do número de vistas. Allan responde que não. Samuel Rodrigues pontua também que isso deve ser revisto. Brianne comunica a todos que as reuniões da sua setorial definiu que as reuniões serão 07 dias após a reunião do Conselho, para que assim possa levar informação. Allan informa que a próxima reunião ordinária será dia 08 de Julho às 18:30. Dagma não retirou o pedido de vistas após o pedido dos Conselheiros e solicitou que fosse compartilhada a primeira ATA e resguardar se do seu direito. O presidente Allan

questiona quem se dispõe a compor a Comissão de Revisão de Normativas. A Comissão de Revisão de Normativas fica composta por: Samuel Rodrigues, Dagma Castro, Brianne Lima, Juarez Rezende, Jacqueline Martinez, Edvaldo Rocha, Giovanna Tamburo e William Blake. Dagma Castro manifesta que gostaria de convidar alguém que não está no ambiente, o Luciano Estevão, pela sua experiência nas suas lei e que pode ser alguém que pode trazer uma rica colaboração para este processo. Samuel Rodrigues questiona quais serão as atribuições dessa Comissão. Allan responde que ela está apta a rever as normativas existentes. Samuel Rodrigues indaga se a comissão é deliberativa ou sugestiva. Allan responde que sim. Dagma traz mais uma colaboração, que em conversa com a vereadora Jade que deseja fazer parte desta comissão e deixa o convite registrado, para que possa ter um legislador, alguém que entende profundamente da cultura e da construção de políticas públicas dessa comissão. Allan fala que a próxima Comissão é a de Fiscalização e faz um parêntese, visto que na reunião anterior foi criado um Grupo de Trabalho pontual, para responder um expediente que veio da Controladoria Geral do Município a este Conselho, e que tinha um prazo para responder, para elaboração do Plano de Ação dentro de um processo de monitoramento, que está em andamento, por parte da Controladoria Geral do Município, eram 06 itens, ação a ser executada, responsável pela execução, prazo de execução, recursos necessários, indicadores de monitoramento, situação de andamento e evidências de execução, este Grupo de Trabalho pontual foi criado e participaram Allan Schroeder, Rita de Cássia, Débora Matiuizzi, Geovana Tamburo, Giovanna Tamburo, Calebi Rolan, Jorge Landim e Karoen Mello. Allan complementa que compartilhou esse documento no grupo do Conselho, e que é necessário responder a Controladoria, e gostaria de colocar ele em votação para encaminhá-lo, que ele diz respeito ao acompanhamento do Conselho quanto aos apontamentos da gestão da Fundação Cultural, enquanto a eventos e recursos, e surgiu de a partir desta reunião a criação da Comissão de Fiscalização que está na pauta. Allan coloca duas questões a deliberar: a aprovação do Plano de trabalho e a indicação de fiscalização, que sugere manter os membros do Grupo de Trabalho para facilitar o debate, mas fica aberta a discussão. Dagma fala que em outra reunião, trouxe a importância e a necessidade dessa comissão de fiscalização, e também na Lei que foi compartilhada na criação da Fundação, que há de observar que tem algumas incongruências, ela fala de uma comissão de curadoria e depois ela esquece essa que retirou, foi criado em 2004 e em 2012, foi reconstituído a estrutura da Fundação, foi retirado esse Conselho curador e depois a lei segue falando desse Conselho curador e da incumbência dele, e destaca essa observação sobre a legislação da Fundação, Dagma complementa que o presidente do Conselho ficou de dialogar com o presidente da Fundação, que por sua vez, ficou de dialogar com a Controladoria do Município para entender quais os impedimentos dos Conselheiros da sociedade civil estar fazendo parte do Conselho fiscal. Allan responde que foi formalizado à procuradoria jurídica, uma solicitação de posicionamento, não apenas sobre esta comissão, visto que ela não tem previsão legal, mas quanto ao Conselho fiscal e curador que menciona e por isso a razão da lei, são 02 artigos que mencionam a composição do Conselho Fiscal e do Conselho Curador, que já está na pauta a algum tempo da reunião e que não obteve resposta. Dagma fala que não será possível formar essa comissão enquanto não tivermos essa resposta, porque pode estar impedindo os Conselheiros que compõem essa comissão de participar de qualquer edital, enquanto sociedade civil, se fiscalizarmos o ente, não podemos pleitear recursos deste ente porque não podemos fiscalizar as nossas próprias ações, os nossos próprios projetos e entende que que é importante e que não pode montar uma comissão enquanto não tiver essa resposta, pelo menos essa comissão fiscal. Allan destaca que se esse é o entendimento

pode postergar essa tomada de decisão. Dagma que isso está dentro desse escopo, que não pode aprovar o todo. Allan pontua que podem aprovar o plano de ação do Grupo de Trabalho e coloca em votação, sendo aprovado por unanimidade. Passando para o próximo item da pauta a revisão das leis municipais nº 1.677/97 e nº 4.060/2017. Jacqueline pede para o Conselho falar sobre o decreto 12.348/2025 tendo em vista que o tempo da reunião está finalizando. Allan responde que a 1ª Secretária do Conselho foi verificar a disponibilidade de ficar mais tempo na Casa dos Conselhos, e pontua que a reunião começou perto das 19:00, e seria às 21:00 o fim da reunião. Allan volta a falar da revisão das leis municipais, que surgiu a demanda da Câmara de Artes Visuais e de alguns outros artistas, que a ideia é de compor a comissão, a lei é de 2005, alterando a lei municipal 1.677/97 é a lei que obriga prédios acima de 06 andares de terem uma obra na sua frente, fachada ou jardim das edificações iguais ou superiores a 06 pavimentos, e faz a leitura da lei. "Art. 65-A - Fica obrigatória a colocação de 01 (uma) obra de arte na frente, fachada ou jardim das edificações iguais ou superiores a 06 (seis) pavimentos. § 1º Entende-se obra de arte como interpretação de qualquer realidade visual, emocional e intelectual, através da representação plástica. § 2º Representação plástica pode se desenvolver de forma bidimensional ou tridimensional, perpassando elementos da linguagem visual e gráfica (pensamento analógico, concreto, senso de proporção, espaço, volume, planos, textura, linha, cor, estrutura e composição), e do conhecimento sensível (emoção, percepção, imaginação, intuição e criação)." "Art. 65-B - No caso de reforma das edificações fica obrigatória a manutenção da obra de arte existente. Havendo necessidade de reitera-la, deve-se proceder a sua reinstalação ou substituição por outra obra de arte, precedido de parecer do Conselho Municipal de Cultura. Parágrafo Único: As edificações que não possuem obra de arte, quando da ocasião de sua reforma deverão se adequar a presente Lei, nos termos do artigo 65 A e seus parágrafos." Destaca que algumas das ideias foram a alteração dessa lei e também a alteração do projeto legal que é uma lei de 2017, e que regulamenta todo o processo de aprovação de obras na prefeitura. Eudes pede questão de ordem, e o Conselheiro suplente Ehiron Pereira pede a fala. Eudes fala que estudou esse assunto. Allan questiona qual a questão de ordem. Eudes fala que a lei obriga que as construtoras e incorporadoras apresentem para terem direito ao alvará de construção. Allan destaca que é no habite-se. Eudes fala que o habite-se é depois, e que no alvará deverá ter alguma coisa nesse sentido, e solicita que verifiquem a lei, e destaca que enviou uma minuta para o Presidente, a minuta de um requerimento em nome de todos os artistas plásticos, galerias de artes, ateliês, pedindo a prefeita o cumprimento da lei, e que existe um descaso com artista local, e que as obras são compradas em São Paulo e que deve ser cumprida a lei ou que a revogasse. Ehiron Pereira ainda sobre essa questão fala que obras que foram pintadas e só foram contempladas o habite-se depois de serem feitas as obras de arte, passou-se o tempo a edificação apagou o trabalho, e queria saber se tem essa fiscalização sobre, se terá novamente a obra de arte. A Conselheira Daniela Cristina Sousa fala que protocolou uma solicitação com vários questionamentos sobre essa lei, e o retorno é de que essa lei só solicita acima de 06 pavimentos, e só pede comprovação, apenas para o habite-se, destaca que dentro da Setorial de Artes Visuais possui um grupo de trabalho trabalhando em cima dessa demanda para alteração da lei, para incluir dentro do planejamento da obra e não no final. Ehiron Pereira sugere para a Conselheira Daniela Cristina Sousa, que essa alteração tenha algo que o credenciamento artístico da Fundação possa reverter nisso, que possa ter uma parceria entre o público-privado. Allan destaca que pode-se estudar, mas que são obras privadas. Dagma pede questão de ordem, e fala que Emanuel Nunes se inscreveu para falar. Emanuel complementa a fala sobre o habite-se e o

trabalho dos artistas visuais, e sugere a setorial na lei do que será considerado como obra de arte, se tiver um graffite some em 05 anos, e ao fim dos 05 anos terá que ser chamado novamente para refazer, que quando se trata de uma obra em metal, mármore, algo vitalício, deve ser mantido a manutenção, limpeza, e que a lei pode ser melhor trabalhada, e destaca que tendo a valorização do patrimônio como tamanho, especificidade material, garantia e vitalidade, consegue-se mapear tudo isso e ter mais esse modelo de arte na cidade. Jacqueline questiona se conseguiram mais tempo para a reunião. Allan responde que sim, porém não muito. Allan questiona quem entre os presentes quer participar da Comissão de Revisão das Leis 1677/1997, 2524/2005 e 4060/2017, a Comissão de Revisão das Leis fica composta por: Daniela Cristina Sousa, Emanuel Nunes, Evaldo Freygang, Eudes, Brianne Lima, Jacqueline Martinez, Edvaldo Rocha, Ehiron Pereira e Alex Brum. Dagma sugere que se montem um grupo como os demais. Allan destaca que os Conselheiros devem tomar a frente para elaboração. Allan dá prosseguimento na reunião e destaca que o Conselho Fiscal e o Conselho Curador não serão deliberados devido a ausência do parecer da procuradoria. O presidente Allan dá prosseguimento ao próximo item da pauta o decreto nº 12.348/2025, e passa a palavra para Jacqueline Martinez para ela fazer a exposição como Conselheira Suplente e como produtora e parte do projeto em questão que foi atingido. Jacqueline inicia sua fala relatando que a Prefeita emitiu um decreto proibindo qualquer manifestação artística 18 anos mais, e que só soube disso através da imprensa, e questiona aos Conselheiros quem é a favor e quem é contra a esse decreto, e que está aberta a responder questionamentos acerca do projeto, pois ele foi proibido de ser executado no Teatro por mencionarem que ele é de conteúdo sexual. Dagma destaca que é importante fazer inscrição para fala. Jacqueline fala que chamará um convidado para falar sobre o projeto. Dagma faz a inscrição de fala do Jardel Fischer. Jardel inicia sua fala agradecendo ao Conselho por estar o recebendo, e relata que faz parte da produção do projeto, Primeiro Festival Burlesco de Balneário Camboriú e está como porta-voz do projeto, e que gostaria de fazer alguns esclarecimentos para o Conselho, porque não deve ser de conhecimento público de tudo o que tem acontecido. E faz a explanação de que o projeto foi aprovado em edital da PNAB no ano passado, o projeto está inscrito desde agosto de 2024, a atual gestão da Fundação Cultural de Balneário Camboriú tem acesso a todos os documentos desde o dia primeiro de janeiro de 2025 quando assumiu a atual gestão, a Fundação Cultural enquanto CNPJ, pessoa jurídica tem acesso a todos os documentos desde agosto de 2024, e o que aconteceu, a atual gestão aprovou peças de divulgação e publicidade do projeto e tem acompanhado o projeto de perto desde esse tempo, no dia 23 de maio de 2025 subiu o release aprovado pela atual gestão da Fundação Cultural de Balneário Camboriú, e no site da também, divulgando o projeto e sem comunicação nenhuma por parte da Fundação a divulgação foi excluída 02 dias depois saiu uma matéria no Jornal Razão, denegrindo a imagem do projeto, associando o projeto com a gestão passada do Prefeito Fabrício, não temos filiação político partidária nenhuma, e que se trata de um projeto aprovado em edital, o Diretor de Artes aqui presente, da FCBC, publicou em suas redes sociais e foi reproduzidos na imprensa local falas dizendo que o projeto era uma “arapuca” da gestão passada para a atual gestão e a FCBC, que só ficaram cientes através da imprensa, e que foram convocados para uma reunião na Fundação no dia 30 de maio, e que foram presencialmente até a Fundação, mas todas as informações foram passadas pela imprensa, pressionamos a Fundação por explicações, coisas foram publicadas na imprensa antes que fosse enviada uma resposta oficial da Fundação. No dia 30 de maio fizemos uma reunião com o Sr. Allan aqui presente, a reunião duraria só um minuto por parte da Fundação, só jogou o decreto e que por isso

não poderia se apresentar, não explicação ou parecer técnico de qualquer natureza porque não poderia ser apresentado no Teatro Bruno Nitz, por ser tratar de um projeto que cumpre todos os parâmetros do edital teve que se criar um artifício jurídico para impedir sua realização no Teatro, que foi o decreto. Como todos vocês da área cultural devem saber esse decreto atinge todas as áreas culturais, por exemplo, dentro do decreto, não se pode apresentações no teatro que abarque sobre temas de educação sexual, peças que aborde o tema do estupro, é um decreto que fere a expressão artística de todo mundo, gostaria de esclarecer a esse Conselho, foi solicitado na reunião presencial um espaço de esclarecimento para a Fundação cultural que viesse a publico esclarecer que o projeto cumpre todas as normas, todas as regras e não existe nenhuma ilegalidade, e não foi cedido esse espaço, esclarecer para vocês terem conhecimento, pois na mídia não tiveram espaço, a Fundação cultural não deu espaço, e vem aqui solicitar novamente que a Fundação Cultural de Balneário Camboriú venha a publico esclarecer que o projeto é legítimo e cumpre todas as regras do edital e não fez nada de errado, e é uma expressão artística legítima, e isso é o mínimo que a FCBC poderia ter feito, mas não, houve declarações da prefeita que não conhecia o teor do projeto, o senhor Allan deu entrevista ao Jornal Razão. Allan nega que deu entrevista, e que nunca deu entrevista para o Jornal Razão. Jardel fala que consta o nome do Allan na matéria do dia 27 de maio, que está no jornal e que se não falou é um problema do Allan com o Jornal. Jardel continua falando que no dia 05 de maio a Fundação Cultural aprovou um release, uma peça publicitária onde tinha escrito, que aparentemente chamou a atenção e criou-se o problema, foi um título de uma atividade que é um sarau literário que se chama sarau erótico, tem 01 publicação aprovada pela FCBC dia 05 de maio dentro do 1Doc, com a marca e logomarca da FCBC e Prefeitura de Balneário Camboriú, não há fundamento, além de não oferecer um espaço para explicação, houveram declarações públicas de pessoas da área cultural da prefeitura de balneario camboriu falando inverdade sobre o projeto a prefeitura acompanha e tem noção de todo o conteúdo desde agosto de 2024 era só um esclarecimento publico, pois afeta diretamente o projeto mas também toda a comunidade artística de balneario camboriu. declara que não é artista, mas apoia projetos culturais e participa, agradece o espaço para esclarecimento. Dagma faz as inscrições de fala. Samuel Rodrigues pede prorrogação dessa pauta, devido ao horário, é um assunto que deve ser respeitado alguns minutos a mais. Dagma faz uma fala sobre o que ela entende desse processo, em conversa com um colega, de que o pessoal da cultura não tem visão política, relata que o projeto foi aprovado, que a Fundação sabia de tudo e que a Fundação é conduzida por um presidente, que é um cargo comissionado, assim como diretores, e cargos assim são escolhas da prefeita e tem que fazer o que é melhor para a gestão, imagine se não fosse o Ed a trazer isso e não a oposição, e que isso traria um desgaste, e que é uma ação política orquestrada. Dagma é questionada pelo Conselheiro Rafael sobre o tempo de fala, uma vez que o tempo de fala dela se estende dos demais. Dagma conclui sua fala que não a intenção da prefeita e do presidente com o Allan, e sabe do envolvimento do Ed com a cultura, que não existe uma intenção de censura, mas um procedimento político que acabou em uma censura. Jacqueline fala que foram utilizados de palanque político e que isso está interferindo bastante no projeto, fora o emocional e as agressões pela internet e outras questões que envolvem toda a questão, e acha que é muito importante que o Conselho não vai derrubar o decreto, mas sim o ministério público, mas que é importante um posicionamento do Conselho a favor ou contra deste decreto. Louise questiona se não é possível fazer uma moção, um documento, algo que possa chegar até o ministério público. Jacqueline faz a leitura de um texto que elaborou para os Conselheiros, “Hoje em dia existe muitas pessoas

trabalhando com fotos e vídeos dezoito anos mais, que são apenas pornografia, não tenho nada contra, mas da forma que foi retratada e tratada pela imprensa e por um representante da Fundação e pela prefeita, parece se tratar do mesmo tipo de trabalho, é importantíssimo esclarecer a todos aqui que não é. O Burlesco é arte, é uma arte muito necessária principalmente para artistas dissidentes, pessoas que não se encaixam nos padrões sociais, padrões esses absurdos, o Burlesco fala sobre aceitar, se amar, como verdadeiramente é, é isso, e isso é falado e mostrado em cena, com dança, palhaçaria, técnicas de teatro físico, é tão amplamente cultural e diverso como seus artistas que foram mais uma vez subjugados, mal falados, falam essas mentirosas, sofremos novamente com preconceitos, de quem não nos conhece, e não nos aceitam, mas eu não quero que vocês nos aceitem, quero e exijo que nos respeitem, respeitem nossa arte e nossos corpos, nossa permanência em espaços que também são nossos por direito.” Allan pede para o próximo inscrito falar. Samuel Rodrigues opina que o decreto que regulamenta o uso do teatro, parte de uma decisão de governo, destaca que toda cultura é válida, seja o Burlesco, seja de rua, pois existe muita diversidade, mas de maneira geral da sociedade, acredita que a cultura deve ser respeitada, qualquer que seja ela, inclusive a 18 anos mais, só que escolher se o Teatro pode ou não receber apresentações 18 anos mais, é uma decisão de governo, e não tem nada a ver com o Burlesco. Melize inicia sua fala destacando que é uma lástima estar debatendo em 2025 o que está sendo debatido, pontua que discorda da Dagma sobre a questão dos cargos comissionados, pois mesmo que deva explicações ou as ações em relação ao governo municipal, os cargos da Fundação tem que saber algumas questões, por exemplo, o Diretor de Artes da Fundação Cultural deve saber o que é uma Comissão Autônoma de Seleção, pois o projeto passou por uma comissão autônoma de avaliação, ela não pode ter servido como um mecanismo de montagem em relação a outro governo e questiona ao Edvaldo e ao Allan, qual que é o posicionamento acerca do decreto. Allan afirma que é a favor do decreto, e que irá votar a favor dele. Melize questiona Edvaldo sabe o que é uma Comissão Autônoma de Seleção de projetos, e se sabia que esse projeto tinha passado por uma comissão assim, pois desacreditar o trabalho dessa comissão, e mesmo que devam explicações ou ação voltada a prefeita, por serem cargos comissionados, é preciso também saber as consequências dos atos, então é saber qual seria a consequência do vídeo realizado, e que a comissão é autônoma não pode corroborar com uma armação política, e que é uma acusação infundada, e se não é essas pessoas devem ser punidas, e questiona, será que uma lei de classificação indicativa não é o suficiente? por mais que a prefeita possa dizer que não quer que seja no Teatro Municipal, fala sobre o seu espetáculo crimes delicados, que tinha armas e tinha conteúdo que tratava de violência e não poderia hoje ser apresentado no Teatro Municipal, pois é 18 anos mais, e que não tinha conteúdo sexual, destaca que são várias questões e que não são todos os espetáculos com indicação de 18 anos que trata de conteúdo erótico, e que o decreto fala não apenas do teatro, mas de todos os espaços públicos, e que isso é censura, e em pleno 2025, os projetos terem que ser passados pela prefeitura, projetos que passaram por pessoas selecionadas, dentro de um edital. Paula pereira concorda com Melize, e acha muito retrógrado a discussão, sendo que o erótico é diferente do pornográfico, que desde a época medieval existia artes com sensualidade, com o corpo, e que não consegue ver isso de forma diferente, e acha no mínimo contestável um decreto de uma prefeita que parte de um ponto pessoal de análise dela, subjetiva do que é apropriado ou não, por mais que legalmente ela pode legislar sobre o espaço do Teatro, deve se pensar que está excluindo o acesso de toda uma parcela da população que seria público de todos esses projetos, de ter o seu direito garantido por lei ao lazer, cultura e a arte, e que se elas querem se interessar por esse tipo de arte que não

tem nenhum outro mecanismo legal, está impedindo o acesso a população a esse direito federal, complementa que qualquer tentativa de supressão artística e cultural ao longo da história resultou em uma excerção maior das atividades, como exemplo os teatros burlescos durante a ditadura militar. Potyra inicia sua fala sobre o decreto que a Jacqueline colocou em discussão na mesa, fala que o Teatro Municipal é um equipamento público e é a única casa de espetáculos no centro da cidade, e a partir do momento que surge um decreto que não pode ser apresentado espetáculos 18 anos mais, limita o Teatro a um espaço para infância, e que o Teatro deveria ser para espetáculos e expressão artística e destaca um espetáculo que não possui nenhum conteúdo sexual, mas é um texto fortíssimo, é 18 anos mais, e que o erro do decreto é que ele está calando os artistas em suas manifestações, e destaca que isso é censura. Brianne estava inscrita e inicia sua fala que conhece pouco sobre o Burlesco, e destaca sua preocupação em relação a derrubar o decreto, pois tem coisas que foram escritas lá que devem permanecer, e que se deve se manifestar para trazer a possibilidade para todas as outras atividades de uma forma cuidadosa, porque se não será derrubada coisas que devem permanecer não censuradas, mas impedidas de acontecer no Teatro, como por exemplo atividades de cunho religioso. Brianne destaca que todo o trabalho realizado lendo o regimento vai por água abaixo e é importante ter esse cuidado. Rita inicia sua fala falando que está em um espetáculo sobre manicômio que não é para crianças e é proibido pelo decreto, conteúdos sexuais, eróticos e similares, e que queria explicação do que é “similares”. Paula Pereira responde que isso é totalmente subjetivo e depende da leitura de quem está analisando. Rita relata que faz parte da comissão de pauta do Teatro, e que não irá censurar isso, e que está lá para avaliação técnica de um espetáculo, complementa ainda que a prefeita irá revisar todos os projetos que já foram aprovados, e que irá revisar os próximos, e que quando se inscrever na LIC, terá um parecer do seu projeto técnico, mas dependerá se a prefeita vai querer ou não e que isso é censura e é muito grave. Dagma pede para fazer uma observação rápida, e explica para Brianne que o Conselho não tem poder para derrubar o decreto, e que no máximo poderia fazer uma moção de aconselhamento para a prefeita. Juarez fala que esse decreto será derrubado pelo ministério público, porque a constituição federal em seu artigo quinto, inciso nono, onde relata que é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença, isso significa que são protegidos pela constituição, e sugere uma moção de aconselhamento, para que a prefeita retire esse decreto, pois o decreto vai cair e ficará feio para ela. O próximo inscrito para falar é o Conselheiro Edvaldo, que inicia sua fala pontuando que será a primeira vez que irá falar disso de forma pública, e que nas últimas semanas ouviu muita coisa sobre o seu respeito ou sobre a sua minha competência profissional, e deixa claro que não foi escolhido pela sociedade civil para ser Conselheiro e que não foi escolhido pela sociedade civil para ser o diretor de Artes e que foi escolhido por uma prefeita, como a Dagma pontuou, mas que também relata que é um profissional competente das áreas das artes, como muitos que estão presentes, inclusive dividiu salas de aula com algumas pessoas que fazem parte do Conselho, e também como professor, fala que algumas pessoas não o conhecem, e que também não conhece o currículo de todo mundo que está presente, mas que busca conhecer, destaca que é um profissional das áreas das artes, e que algumas falas sobre seu conhecimento técnico elas soam minimamente preconceituosas, elitista, para não dizer racista, destaca que durante a reunião na Fundação, foi questionado se o vídeo foi realizado dentro da Fundação Cultural, e que nega, pois possui estúdio, que possui equipe e estrutura, fala que é comentarista político, que ama ser comentarista político e que ama falar e usar seu corpo preto, um corpo político para falar sobre política, e que uso deboche,

piadas, que seus comentários são feitos a partir de política partidária, complementa falando que a sua fala não diz sobre o projeto, que não possui nada contra o projeto, e que falava que seria um dos primeiros a assistir, e destaca que sua fala não diz respeito a competência de quem fez a curadoria, de quem aprovou, nada, relata fatos, que foram pagos pela gestão anterior, nenhuma palavra a mais, não fala nada sobre o projeto ser bom ou ruim, e que quando comenta a palavra arapuca, faz um comentário político, que na gestão anterior foi aprovado, e faz análise política que cabe a ele, e destaca que é falho falar que a gestão está censurando, sendo esta a gestão que está dando mais visibilidade para todos os artistas possíveis, dentro desses seis meses, e isso não é falácia e não é comprovação e pede para os que se sentiram ofendidos, do projeto, os quais não direcionou sua fala, apesar de ser chamado de LGBT fóbico, pede perdão, e para o Conselho deixa registrado que questionar sua competência para pessoas que muitas vezes na surdina tentaram negociar o cargo dentro da Fundação Cultural, pois os mesmos que tentam criticar a competência tentaram negociar cargo dentro da Fundação, e que se conseguiu, foi através da competência técnica e do seu currículo para estar dentro da Fundação cultural, e que foi escolhido pela sua competência. Dagma destaca a última inscrição de fala e William Blake relata que sua preocupação é abrir precedentes para possíveis decretos serem derrubados e não vistos e que deve estar ciente e devem ter peças adultas dentro do teatro, pois que se limitar terá uma guerra cultural de sempre, e que deve ser adultos e possam conviver com temas sérios, pois são temas necessários na sociedade, e pede para fazer a moção junto com a Jacque. Jardel solicita fala, e pede novamente se é possível que a Fundação cultural ofereça um espaço nos seus portais de comunicação ou faça uma declaração pública que o projeto é legítimo cumpre todas as regras do edital desde que foi inscrito em agosto de 2024 e que isso é importante, pois não houveram esclarecimento sobre a legitimidade de todos que fazem parte do projeto, e reitera a solicitação, pois a sociedade precisa saber de forma concreta. Kátia menciona que seu nome estava inscrito e inicia sua fala, que compreende o decreto da prefeita, e que para muitos seja errado a forma que ela fale, e pontua que ela governa para um todo, destaca que é uma cidade pequena, de pessoas idosas e conservadoras, e conta a história de sua família que teve que se ajustar a situações semelhantes como essa, e que infelizmente como todo artista, teve que ter um jogo de cintura, não entra no mérito do que é certo ou errado sobre o decreto, e que talvez perdessem mais. Paula Vieira, fala sobre a fala do Edvaldo, que entende a pluralidade dos seus trabalhos, mas acha irresponsável se manifestar de forma pessoal sobre um decreto de uma gestão que presta serviço e fazendo desserviço informacional, e sobre a fala da Kátia, pontua que infelizmente no Brasil é necessário jogo de cintura, mas que se a prefeita governa para o todo, ela não governa apenas para os idosos e conservadores. Edvaldo responde Paula pontuando que a cobrança que ela está fazendo só pode ser feita a partir do momento que ele utiliza os meios de comunicação da Fundação Cultural, que nas particulares desde que não faça fake news, mentiras e afins, que possui essa liberdade de opinião política particular. Dagma pede questão de ordem. Jardel pontua que apesar de ser gravado dentro de suas redes particulares e em sua casa, o Jornal Página 3 o identifica na matéria como Diretor de Artes da Fundação Cultural de Balneário Camboriú, para o grande público não existe essa separação. Melize solicita fala e responde uma fala feita por Edvaldo, e fala que não foi ela que negociou cargo na Fundação Cultural, Edvaldo responde que não mencionou nomes. Dagma pede questão de ordem, e questiona a mesa diretora se será feito algum encaminhamento ou aceitará inscrições. Allan destaca que é democrático e que podem falar. Edvaldo Freygang solicita fala e destaca que se o Conselho não tem condições de deliberar, tirar o decreto, botar decreto, está fazendo uma discussão

totalmente em vão, entende que todos devem se manifestar, mas que se o Conselho não tem esse poder, porque está sendo discutido, e todos irão pontuar e pede para que seja colocado em votação a proposição, que o Conselho pode fazer uma moção sim ou não, e que esta é a colocação desse momento, caso contrário não será resolvido nada. Luciane pede fala que em 2019 sofreram censura, e que presenciando uma votação no Conselho da época, destaca que tem um projeto aprovado para ser realizado em espaço público e fica apreensiva com a subjetividade do que é erótico e do que não é, pois várias músicas e letras, e que isso é subjetivo, e acha que deve ter um diálogo com a prefeita para explicar o que é essa arte, e o que acontece quando reprime e vira hipocrisia, e questiona como será se a Potyra parar de colocar peça, e todos que estão aqui a tanto tempo não participar mais de editais porque não tem mais espaços, e pede para que exista um diálogo. Dagma fala que é necessário finalizar a discussão e sugere como proposição dois encaminhamentos, que seja votada uma moção de aconselhamento e segundo que seja montada uma comissão para dialogar com a prefeita sobre o que é essa arte, caso possa ser esse encaminhamento. Potyra volta a falar que possui uma formação em contação de histórias, é 18 mais em espaço público, só possui histórias, narrativas e emoções, e que era isso que queria destacar. O presidente Allan inicia sua fala dando seu ponto de vista a favor do decreto e contrário à moção proposta, e destaca que boa parte do que vai falar nesta reunião, falou para o Jardel, para a Jacqueline e para a Louise na reunião que tiveram, relata que seu entendimento da situação, e que fica a sua declaração pública, e que não fará registro de fala, e começa a falar sobre o projeto, que como todos os projetos foram aprovados por uma comissão, passou em edital, teve processo de curadoria, não sabe como foi feito, mas que óbvio parte do princípio da legalidade que devem ser respeitados, destaca que por infortúnio de agenda da gestão e dos produtores, não se pode ter um aprofundamento sobre o projeto alinhados no início do ano quando foi convidado todos os 07 contemplados do mesmo edital para conversar, assim como foram feitas reuniões com todos os proponentes da LIC, e com os próximos contemplados do próximo edital que foi aprovado da PNAB 2025, para entender os projetos e se aprofundar neles, destaca que tinha uma pré agenda do teatro para o segundo semestre de 2025, no qual o projeto ainda passaria pela Comissão de Pauta. Jardel fala que não se passa pela comissão de pauta, que no regimento consta que um projeto aprovado em edital tem espaço no Teatro. Allan afirma que passa devido às questões técnicas envolvidas no projeto, e deverá ser passado pela comissão de pauta, comissão essa que se reunirá em breve no fim do edital que se encontra em aberto das datas de 2025 e 2026 do Teatro Municipal. Allan afirma que houve a aprovação pela equipe de servidores efetivos da Fundação Cultural, do release e da arte, que foi quando iniciou dentro do cronograma de plano de trabalho para análise, e que foi revogado por adentrar no aspecto político, e que quando se iniciou a divulgação do processo, houve uma repercussão negativa por parte de imensa maioria da população, e que a prefeita eleita democraticamente com o voto da imensa maioria da população do povo de Balneário Camboriú, que ganhou a eleição, que governa dentro das regras da Constituição, dentro das leis brasileiras pelo voto popular tem que ouvir também as maiorias da sociedade e é isso que ela o fez. Allan destaca que é a favor do decreto pois existe uma discricionariedade sobre o uso dos espaços públicos que cabe a gestão ser regulada por quem é de direito, entre eles por ato do chefe do poder executivo que é o decreto municipal, e a partir de então a prefeita tomou uma decisão, e destaca que há uma sociedade que fiscaliza a todos, não só gestores públicos mas os artistas contemplados com dinheiro público e esse povo do mais humilde ao mais rico, tem direito de se manifestar politicamente contra e a favor de qualquer coisa dentro dos limites da lei, e com isso a

prefeita tomou essa decisão, política e jurídica, que pode ser contestada, e a ação do ministério público dirá se é constitucional ou não, se é censura ou não, e julgar outras questões do ponto de vista legal, e que nos próximos dias saberá o resultado, mas o fato é que foi feita a decisão e que se entendia ser o que atendia a maioria da população, pois governar é governar para as maiorias, respeitando as minorias, e que em nenhum momento se destruiu, se atacou o projeto ou as pessoas envolvidas, por mais que se gerou consequências, entre elas que gerou a notificação, e a partir do decreto notificou-se o projeto, e que já foram feitas as adaptações, do release e do espaço físico que foi alterado, e que nem foi solicitado a retirada da palavra erótico do release. Allan destaca sua opinião pessoal de que a liberdade artística existe na Constituição, como existe a Liberdade de expressão, mas que não pode fechar os olhos e achar que ela será exercida sem ter reação, e que todos estão aprendendo com esse fato e sobre o que se trata o Burlesco, que o projeto tem todos os méritos, porém a partir do momento que existe uma norma legal teve que se tomar uma posição, e enquanto o decreto está em vigor essa será a posição, e que a liberdade artística do Burlesco traz a reflexão e a crítica social, como consta no próprio projeto, e que deve ter ciência que terá reação da sociedade, e destaca que isso serve para todos os projetos, reforça que essa gestão fez diálogo, que foram realizadas inúmeras reuniões com as setoriais e artistas, ou se gestões anteriores estariam presentes debatendo até essa hora, e que a diretora de artes da gestão anterior renunciou à presidência do Conselho pois não defendia posicionamento, e afirma que essa gestão vai defender posicionamento, e que vai existir o respeito que lhe cabe e as regras. Allan resgata a fala da Conselheira Dagma e fala que se é do entendimento que se deve fazer uma moção de repúdio ou de aconselhamento, já defendendo o voto contrário e convida todos os colegas representantes governamentais para votarem contrário a essa moção, em vista que é um governo só, e quanto a comissão para conversar com a prefeita, Allan faz um último chamado para que se retirem a moção para buscar uma tentativa de diálogo, pois quem apresenta moção contra um ato não quer um diálogo, dadas as opções, a Conselheira Dagma sugere que seja feita uma moção de aconselhamento e não de repúdio, Allan já destaca que é contra a moção de aconselhamento. A Conselheira Kátia sugere que se tenha primeiro um diálogo. Allan questiona a Conselheira Jacqueline se é a favor de manter a moção e ela responde que sim. Jardel faz um esclarecimento de que discorda dessa postura de diálogo, pois foi comunicado primeiro à imprensa e depois vieram falar com os produtores. Allan fala que não comunicou, que a notícia vazou e que procurou os responsáveis do projeto. Dagma fez solicitação de fala da conjuntura política e fez a proposição de encaminhamento, e traz uma fala enquanto Conselheira direcionada ao Conselheiro Edvaldo, de que ele não é apenas um cargo da Fundação, mas é também um Conselheiro de Cultura e que isso pesa a responsabilidade como em todos os demais conselheiros e artistas, preservar a cultura das brigas políticas e partidárias da cidade, e que precisa preservar pois a cultura é frágil, pois se demora anos para construir e em um piscar de olhos um decreto a derruba, e que deve ser acolhedor e ter mais atenção no que se manifesta. Allan coloca em votação a moção de aconselhamento, de forma nominal para contabilização, onde se votam apenas os titulares ou os suplentes na ausência dos titulares. Allan Müller Schroeder vota contrário, Edvaldo Rocha Júnior vota contrário, Deivid Rodrigues vota contrário, Suzane Ulrich vota contrário, Karoen Mello vota contrário, Miriam Ramoniga vota contrário, Luiza Helena Copetti vota contrário, Rafael Diogo Amâncio vota contrário, Artaeto da Silveira vota contrário, Kelli Cristina Dacol da Costa vota contrário, Samuel Rodrigues vota contrário, Dagma Castro vota a favor, Roseni Salete vota contrário, Kátia Simone vota contrário, Daniela Cristina Sousa vota a favor, Fabiane Moser vota a

favor, Brianne Lima se abstém, Sibeli Fernandes vota contrário, Juarez Rezende vota a favor, Rita de Cássia vota a favor. Com 14 votos contrários, 05 votos a favor, 01 abstenção e 02 Conselheiros titulares ou suplentes ausentes na reunião, **fica negada a Moção de Aconselhamento**. Giovanna pede fala e relata que não compreende o voto da Conselheira Kátia contra a moção, uma vez que toda a setorial de artes populares e circo pediu para votar a favor. Allan responde que ela é a Conselheira eleita e que cabe à setorial discutir. Kátia solicita fala e responde que ao participar dessa reunião compreende a questão apontada pela Conselheira Jacqueline, mas que acredita primeiramente no diálogo. Dagma solicita questão de ordem e pontua que ainda tem mais uma votação. Houveram vários manifestos individuais, alguns conselheiros se ausentaram e o Presidente Allan Müller Schroeder encerrou a reunião às 21:51.

O áudio gravado da reunião pode ser ouvido na íntegra em: <https://drive.google.com/file/d/1V8w8xFzjcYaeG5mUfVFTThMAQyyRbIVRY/view?usp=sharing>

LISTA DE PRESENÇA REUNIÃO ORDINÁRIA CMPC 10/06/2025 - 18:30H
CASA DOS CONSELHOS

1 - Representante da Fundação Cultural de Balneário Camboriú:

a) Titular: Allan Müller Schroeder: _____

b) Suplente: Rosana Reis Reiser: _____

1

2 - Representante da Fundação Cultural de Balneário Camboriú (Dep. de Artes):

a) Titular: Edvaldo Rocha Junior: _____

b) Suplente: Jorge Alisson Duarte Landim: _____

2

3 - Representante da Fundação Cultural de Balneário Camboriú (Dep. de Teatro):

a) Titular: Deivid Rodrigues: _____

b) Suplente: Thiago Achiles Tonini: _____

3

4 - Representante da Fundação Cultural de Balneário Camboriú (Galeria de Artes):

a) Titular: Susane Ulrich: _____

b) Suplente: Sandro Alessio Kutchma: _____

4

5 - Representante da Fundação Cultural de Balneário Camboriú (Dep. de Interação Cultural):

a) Titular: Karoen Cardoso Mello: _____

b) Suplente: Angélica Benedetti: _____

5

6 - Representante da Biblioteca Municipal Machado de Assis / Arquivo Histórico:

a) Titular: Miriam Ramoniga: _____

b) Suplente: Aderbal Machado: _____

6

7 - Representante da Secretaria de Gestão de Pessoas:

a) Titular: Ary de Souza: _____

b) Suplente: Luiza Helena Copetti: _____

7

8 - Representante da Fundação Municipal de Turismo:

a) Titular: Rafael Diogo Amâncio: _____

b) Suplente: Laurindo Pedro Ramos Filho: _____

8

9 - Representante da Fundação Municipal de Esportes:

a) Titular: Arleto da Silva: _____

b) Suplente: Marcos Paulo de Oliveira: _____

9

10 - Representante da Secretaria de Educação:

a) Titular: Vanessa Lima Bertolazi Simon: _____

b) Suplente: Kelli Cristina Dacol da Costa: _____

11 - Representante da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico:

a) Titular: Nelson Oliveira: _____

b) Suplente: Samuel Siqueira Santana Rodrigues: _____

12 - Representante da Câmara Setorial de Audiovisual:

a) Titular: Dagma Fátima de Castro: _____

b) Suplente: André Felipe Gevaerd Neves: _____

13 - Representante da Câmara Setorial de Artesanato:

a) Titular: Roseni Salete dos Santos Cruz: _____

b) Suplente: Sueli Marlete Leodoro: _____

14 - Representante da Câmara Setorial de Artes Populares e Circo:

a) Titular: Katia Simone de Oliveira: _____

b) Suplente: Jacqueline dos Santos Martinez: _____

15 - Representante da Câmara Setorial de Artes Visuais:

a) Titular: Daniela Cristina Sousa: _____

b) Suplente: Ediomar Luzia: _____

16 - Representante da Câmara Setorial de Cultura Alimentar:

a) Titular: Kamila Aparecida dos Santos: _____

b) Suplente: Maria Emi Silva de Oliveira: _____

17 - Representante da Câmara Setorial de Dança:

a) Titular: Fabiane Moser: _____

b) Suplente: Giovanna Vanessa Tamburo: _____

18 - Representante da Câmara Setorial de Fotografia:

a) Titular: Brianne Rigotto Lima: _____

b) Suplente: Marianna Sais: _____

19 - Representante da Câmara Setorial de Literatura:

a) Titular: Sibeli Fernandes Luz: _____

b) Suplente: William Blake: _____

10

11

1

12

13

2

3

1855

14

20 - Representante da Câmara Setorial de Música:

a) Titular: Calebi Fernandes Rolan: _____

b) Suplente: Glênio Marques Pinto: _____

21 - Representante da Câmara Setorial de Patrimônio Cultural:

a) Titular: Juarez Rezende Araújo:  _____ 4


b) Suplente: Ehiron Pereira: _____

22 - Representante da Câmara Setorial de Teatro:

a) Titular: Rita de Cássia Castro Duarte:  _____ 5

b) Suplente: Débora Matiuzzi Pacheco:  _____

Demais participantes:

Letysa Majors Souza - 


Allen Brm

Paula Pereira Pires

Juciana Grebert

Vitor Farias Ribeiro Loure

Wesley Gustavo Rampand

Juliano Lagora - SECRETÁRIO SETORIAL ARTEFANATO - 

MARCELO URIZAR - ARTES VISUAIS - MURIZ

Louisy de Lima

João Carlos Leal - JARDEL FISCHER BOECK

Virginia Maria Pereira da Rocha

Roselandi E. Moenrich Set. Literatura/Artes Visuais/Audiovisual

Carla Porto - Setorial Literatura -

E. FRIYONGI - Setorial ARTES VISUAIS,

Omanuel Nunes - Escultor. "Antes Visuais"
João Luís Cabral de Melo
Renato Batista - Artes Pop e Circos